



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**ISENÇÃO DO ISSQN – ATIVIDADES DESPORTIVAS
DESENVOLVIDAS
SOB A RESPONSABILIDADE DAS FEDERAÇÕES E
ASSOCIAÇÕES DEVIDAMENTE LEGALIZADAS**

Formulário XXV

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

localizado à rua/av _____ nº _____
_____complemento _____bairro _____,
Inscrição Cadastral Mobiliária _____ fone _____ celular _____,
nos termos do artigo 59, I, da Lei Complementar nº. 199 de 21
dezembro de 2004, que concede **ISENÇÃO DO ISSQN – ATIVIDADES
DESPORTIVAS DESENVOLVIDAS SOB A RESPONSABILIDADE DAS
FEDERAÇÕES E ASSOCIAÇÕES DEVIDAMENTE LEGALIZADAS**, vem requerer,
respeitosamente a V. Sr.^a, se digne outorgar-lhe a referida isenção.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

XXV. ISENÇÃO DO ISSQN – ATIVIDADES DESPORTIVAS DESENVOLVIDAS SOB A RESPONSABILIDADE DAS FEDERAÇÕES E ASSOCIAÇÕES DEVIDAMENTE LEGALIZADAS – art. 59, I da LC 199/2004:

- a) Requerimento específico;
- b) Estatuto;
- c) Ata de criação da entidade;
- d) Ata de eleição do representante da entidade;
- e) Autorização para impressão de documentos fiscais – AIDF;
- f) Atestado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou certificado de entidade de fins filantrópicos expedido pelo CNAS, nos casos de associações filantrópicas ou beneficentes;
- g) Modelos de Ingressos ou quaisquer outros meios de acesso;
- h) Taxa de abertura de processo, devidamente paga.

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.